

Sindicato quer legalizar invasão de áreas públicas pelos comerciantes

Francisco Stuckert

Os sindicatos do Comércio Varejista e dos Hotéis, Restaurantes e Bares lançaram ontem campanha de mobilização da categoria pela regulamentação imediata das invasões comerciais em área pública. Estas entidades, com o apoio da Associação Comercial, pretendem unificar as três propostas que tramitam na Câmara Legislativa sobre o assunto, estabelecendo a venda e/ou aluguel dos terrenos aos proprietários dos estabelecimentos. “Do jeito que está é que não pode ficar. A clandestinidade é prejudicial, tanto para o comerciante, como para o governo e a comunidade”, afirma o presidente do Sindivarejista Lázaro Marques.

Segundo ele, “não dá mais para tampar o sol com a peneira”. “A cidade cresceu demais e o espaço das lojas do Plano Piloto é insufi-

ciente para comportar um comércio de tamanho médio ou grande”, ressalta, assinalando que estes estabelecimentos têm em média 35 metros, “o que não dá nem para montar uma frutaria, no máximo, uma barbearia”. Ele defende uma ampliação de oito metros no comprimento frontal, dos terrenos, e, a partir daí, um total redimensionamento do comércio local.

Uma parte do dinheiro poderia ser aplicada em obras destinadas ao amparo e profissionalização dos adolescentes, sugere Marques.

Sua opinião é compartilhada pelo diretor do Sindicato dos Hotéis José Rogério Klinger, que lembra que na França esta mudança já se procedeu. Aqui, assinala Marques, são obstáculos o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, a Lei das Licitações.



As áreas invadidas deveriam ser vendidas aos comerciantes